

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

Regulamentado: Resolução Nº 09/2024, de 02 de janeiro de 2024 do AMVAP SAÚDE.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Aquisição de lavadora ultrassônica, destinada à limpeza automatizada de instrumentais médicos destinada a área da saúde, especialmente pinças, em conformidade com a RDC nº 15/2012 da ANVISA, para atender às necessidades do Centro de Especialidades Médicas do AMVAP SAÚDE, visando garantir segurança, padronização e qualidade no processamento dos materiais.

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quantitativo	Valor unitário
1	1308.1	<p>Lavadora ultrassônica 30 litros – Banho ultrassônico com aquecimento</p> <p>Características</p> <p>Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso.</p> <p>Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido.</p> <p>Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos.</p> <p>Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo.</p> <p>Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz.</p> <p>Porta fusível de segurança.</p> <p>Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone.</p> <p>Cuba interna em aço inox, estampada e polida (sem emendas ou soldas).</p> <p>Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade.</p> <p>Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático.</p> <p>Aço inox AISI 304.</p> <p>Montado sob pés de borracha.</p> <p>Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C fixo</p> <p>Frequência de trabalho aproximado: 40Khz.</p> <p>Alimentação: 50/60Hz - 220V</p> <p>Dimensões máximas: até 63 x 56x 20 cm (L x P x A)</p> <p>Potência aproximada: 480 Watts</p> <p>Peso aproximado: 28 Kg</p> <p>Acessórios inclusos</p>	Equipamento	01	Sigiloso

		Tampa Lisa em aço inox; Fusível de proteção; Cabo alimentação e plug com três pinos, duas fases e um terra; Termo de Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; Manual de instruções em português e catálogo. REGISTRO NA ANVISA (área da saúde) NECESSIDADE DE LAVAGEM AUTOMATIZADA DE PINÇAS, CONFORME RDC 15 da ANVISA de 2012 Entrega com até 30 dias da ordem de Fornecimento.			
--	--	--	--	--	--

1.1.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário à execução integral do objeto, compreendendo o fornecimento, transporte, entrega, instalação, quando aplicável, testes de funcionamento, orientações operacionais iniciais e o cumprimento das obrigações decorrentes da garantia contratual.

1.1.2. O prazo de execução do objeto observará os limites estabelecidos neste Termo de Referência, compreendendo a entrega da lavadora ultrassônica destinada à limpeza automatizada de instrumentais médicos, especialmente pinças, sua instalação, quando necessária, e a disponibilização do equipamento em plenas condições de funcionamento no local indicado pela Administração.

1.1.3. O prazo de garantia terá início a partir do recebimento definitivo do equipamento, após a verificação do atendimento às especificações exigidas, da integridade do bem entregue, da regularidade da documentação apresentada e da constatação de seu adequado funcionamento.

1.1.4. A vigência contratual abrange o período necessário ao acompanhamento e à exigibilidade das obrigações assumidas pela CONTRATADA, especialmente aquelas relacionadas à qualidade do equipamento fornecido, ao seu regular funcionamento e à cobertura da garantia contratual.

1.1.5. A eventual conclusão antecipada da etapa de entrega, instalação ou testes de funcionamento não encerra, por si só, a vigência contratual, permanecendo o contrato em vigor para fins de cumprimento das demais obrigações assumidas pela CONTRATADA, especialmente aquelas relativas à garantia e à responsabilidade por defeitos, vícios ou falhas de fabricação e funcionamento.

1.1.6. O término da vigência contratual não afasta nem limita a responsabilidade da CONTRATADA quanto às obrigações assumidas durante o período de garantia, permanecendo esta responsável pela correção de defeitos, vícios ou falhas identificadas dentro do prazo estabelecido, nos termos do contrato, da proposta apresentada e da legislação aplicável.

1.1.7. A presente contratação refere-se à aquisição de lavadora ultrassônica de aproximadamente 30 litros, com aquecimento, destinada à limpeza automatizada de instrumentais médicos utilizados na área da saúde, especialmente pinças, devendo o equipamento ser fornecido novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado dos acessórios indispensáveis ao seu pleno uso, da documentação técnica pertinente e da comprovação de regularização perante a ANVISA, quando exigível para a natureza do produto.

1.2. Padronizado pela Portaria nº 938, de 2 de fevereiro de 2022: () SIM (X) NÃO CONSTA.

1.2.1. Registra-se que não foi identificado item padronizado específico aplicável ao objeto da presente contratação no catálogo eletrônico de padronização de que trata a Portaria nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, razão pela qual a especificação da solução será definida no presente Termo de Referência de acordo com a necessidade

administrativa, observadas as características essenciais do objeto, os requisitos de qualidade, durabilidade, compatibilidade, segurança, instalação, garantia e a legislação sanitária aplicável.

1.3. Local de entrega e instalação

1.3.1. O equipamento deverá ser entregue no Centro de Especialidades Médicas do AMVAP SAÚDE, situado na Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, CEP 38.402-349, Uberlândia/MG, prédio verde aos fundos, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 16h30min, em dias úteis, ou em outro horário previamente ajustado com a Administração, quando houver necessidade operacional justificada.

1.3.2. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Administração, em perfeitas condições de integridade, conservação, transporte e funcionamento, cabendo à CONTRATADA a adoção de todas as providências necessárias para o adequado descarregamento, movimentação e acondicionamento inicial do equipamento no espaço indicado pelo setor responsável.

1.3.3. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá proceder à instalação do equipamento no local definido pela Administração, assegurando sua correta montagem, posicionamento, conexão e disponibilização para uso, em conformidade com as recomendações do fabricante, com as especificações do objeto e com as condições ordinárias da unidade recebedora.

1.3.4. Caso a instalação exija procedimentos técnicos específicos para o funcionamento inicial do equipamento, a CONTRATADA deverá executá-los sem ônus adicional para a Administração, de modo a assegurar que a lavadora ultrassônica seja entregue apta ao uso regular e em conformidade com a finalidade contratada.

1.3.5. Quando necessário, a CONTRATADA também deverá fornecer orientações iniciais quanto ao uso, acionamento, operação básica, conservação e cuidados essenciais com o equipamento, a fim de viabilizar sua adequada incorporação à rotina do serviço.

1.4. Especificação da garantia exigida

1.4.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, vícios, falhas de funcionamento e eventuais irregularidades que comprometam sua utilização regular, desde que não decorrentes de uso inadequado pela Administração.

1.4.2. A garantia contratual deverá assegurar, sem ônus adicional para a Administração, a reparação, correção, substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento, quando cabível, sempre que verificado defeito, vício ou falha de fabricação durante o período coberto.

1.4.3. A garantia exigida justifica-se pela necessidade de resguardar a Administração quanto à qualidade do bem fornecido, assegurar a continuidade da rotina de limpeza automatizada dos instrumentais médicos e reduzir riscos operacionais decorrentes da indisponibilidade prematura do equipamento.

1.4.4. A assistência decorrente da garantia deverá ser prestada em prazo razoável e compatível com a necessidade administrativa, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para restabelecer o funcionamento do equipamento no menor tempo possível, evitando prejuízo à rotina do serviço.

1.4.5. A apresentação do manual em português, catálogo técnico ou documento equivalente e documentação comprobatória da regularização sanitária, quando exigível, constitui condição relevante para o recebimento do objeto.

1.5. Condições de entrega

1.5.1. O equipamento deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, nas quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e de acordo com a necessidade do setor requisitante.

1.5.2. O bem fornecido deverá ser novo, de primeiro uso, original de fábrica, de primeira linha, sem qualquer indício de recondicionamento, remanufatura, reaproveitamento ou uso anterior, atendendo rigorosamente às características exigidas pela Administração.

1.5.3. A lavadora ultrassônica deverá ser entregue acompanhada de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, inclusive aqueles indispensáveis à sua correta utilização, bem como manual de instruções em língua portuguesa, catálogo técnico ou documento equivalente, nota fiscal e documentação comprobatória do registro, cadastro ou outra forma de regularização perante a ANVISA, quando exigível para a natureza do produto.

1.5.4. Correrão por conta e risco da empresa fornecedora todas as despesas decorrentes de carga, transporte, frete, seguro, descarga, movimentação, instalação, testes iniciais e demais despesas diretas e indiretas relacionadas ao fiel cumprimento da obrigação contratual, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

1.5.5. Quando da entrega, o equipamento deverá estar em perfeitas condições de utilização, funcionamento, conservação e apresentação, devendo as embalagens estar íntegras, sem avarias, violações ou danos que comprometam a qualidade ou a integridade do objeto.

1.5.6. A CONTRATADA deverá assegurar que o equipamento seja entregue compatível com a rede elétrica e com as condições ordinárias de uso no local de instalação, observadas as especificações constantes no Termo de Referência e as recomendações do fabricante.

1.5.7. Após a entrega, será realizada conferência pela Administração para verificação das características do equipamento, da conformidade com as especificações exigidas, da integridade física do bem, da presença dos acessórios, da documentação obrigatória e das condições de funcionamento.

1.5.8. Quando aplicável, o recebimento do objeto ficará condicionado à realização de instalação e testes de funcionamento, de forma a comprovar que o equipamento foi entregue em condições adequadas de operação e apto à finalidade a que se destina.

1.5.9. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, ficando esta condicionada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas e contratuais, bem como ao adequado funcionamento do equipamento e à apresentação da documentação exigida.

1.5.10. Caso seja constatada qualquer desconformidade no objeto entregue, inclusive quanto à especificação, integridade, funcionamento, documentação, instalação ou acessórios, a CONTRATADA deverá promover, às suas expensas, a correção, substituição ou complementação necessária, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

1.5.11. A entrega do equipamento em desacordo com as exigências deste Termo de Referência não será aceita pela Administração, facultando-se a rejeição total ou parcial do objeto, até que sejam sanadas as irregularidades verificadas.

1.5.12. A Administração poderá solicitar, no ato do recebimento, esclarecimentos técnicos mínimos e orientações iniciais de operação, conservação e uso seguro do equipamento, quando tal providência se mostrar necessária à adequada incorporação da solução à rotina do Centro de Especialidades Médicas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de estruturar, padronizar e qualificar a rotina de processamento dos instrumentais médicos utilizados no Centro de Especialidades Médicas do AMVAP SAÚDE, especialmente no que se refere à etapa de limpeza automatizada de pinças e outros materiais de uso assistencial, contribuindo para maior segurança, eficiência operacional e melhor organização dos fluxos internos do serviço.

2.2. A disponibilização de equipamento adequado à limpeza automatizada dos instrumentais médicos é indispensável para assegurar maior uniformidade no processamento dos materiais, reduzir a variabilidade dos procedimentos exclusivamente manuais, favorecer a conservação dos instrumentais e proporcionar melhores condições de funcionamento da rotina assistencial, em conformidade com as boas práticas aplicáveis ao ambiente de saúde.

2.3. Ressalta-se que a inexistência ou insuficiência de equipamento apropriado para essa finalidade compromete diretamente a padronização da etapa de limpeza, podendo ocasionar retrabalho, limitações operacionais, menor eficiência no processamento dos materiais e maior desgaste da equipe responsável, com impacto negativo na organização do serviço e na qualidade da estrutura de apoio às atividades assistenciais.

2.4. A presente aquisição visa, portanto, à implantação ou ao fortalecimento da estrutura necessária à limpeza

automatizada de instrumentais médicos, assegurando condições adequadas de funcionamento do serviço, maior padronização dos procedimentos, melhor aproveitamento da capacidade operacional da unidade e suporte compatível com a necessidade atual e futura do Centro de Especialidades Médicas do AMVAP SAÚDE.

2.5. A definição de lavadora ultrassônica com capacidade aproximada de 30 litros mostra-se tecnicamente justificada e administrativamente viável, por permitir melhor acomodação dos instrumentais, maior aproveitamento dos ciclos de limpeza e possibilidade de ampliação progressiva da capacidade operacional do serviço, evitando a aquisição de solução subdimensionada e insuficiente para a realidade da unidade.

2.6. A contratação também se justifica pela necessidade de observância das boas práticas relacionadas ao processamento de produtos para saúde, em especial no que se refere à limpeza dos instrumentais médicos utilizados na assistência, reforçando a importância de solução compatível com a segurança, a qualidade, a padronização e a eficiência exigidas em ambiente assistencial.

2.7. A presente contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas voltadas à obtenção de bens necessários ao adequado funcionamento dos serviços de saúde, observando os princípios da eficiência, da economicidade, da razoabilidade e do interesse público.

2.8. Dispensa do Estudo Técnico Preliminar

a) O Estudo Técnico Preliminar (ETP) encontra-se anexado ao presente ao processo licitatório para referência e análise detalhada.

2.9. Enquadramento da contratação:

2.9.1. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei nº 10.520/2002, se ainda adotada no regulamento interno aplicável ao procedimento, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, quando cabível, pela Resolução nº 04/2014, que aprova o Regulamento do Pregão para o AMVAP SAÚDE, pela Resolução nº 11/2020, de 20 de julho de 2020, que regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, no âmbito do AMVAP SAÚDE, bem como pelas demais normas complementares aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. Em conformidade com as especificações constantes no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Em conformidade com as especificações constantes no item 2 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. A execução do objeto compreende o fornecimento de lavadora ultrassônica de aproximadamente 30 litros, com aquecimento, destinada à limpeza automatizada de instrumentais médicos, especialmente pinças, incluindo transporte, entrega, instalação, quando aplicável, testes de funcionamento, orientação operacional básica e fornecimento de todos os acessórios, componentes e itens necessários ao seu pleno funcionamento, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, devendo o equipamento ser entregue em perfeitas condições de uso, conservação e operacionalidade.

5.2. O prazo para entrega e instalação do equipamento será aquele definido na proposta vencedora, observado o limite máximo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

5.3. O equipamento deverá ser novo, sem uso, original de fábrica, e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, abrangendo a correção de defeitos de fabricação, falhas de

funcionamento e, quando cabível, a substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento, sem ônus para a Administração.

5.4. O recebimento provisório ocorrerá após a entrega do equipamento e, quando aplicável, após sua instalação inicial, para efeito de verificação preliminar da conformidade com as especificações exigidas, da integridade física do bem, da apresentação da documentação obrigatória e da presença dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento.

5.5. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação do adequado funcionamento da lavadora ultrassônica, à sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, à regularidade da instalação, quando aplicável, e à constatação de que o equipamento foi entregue apto ao uso a que se destina.

5.6. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no edital e no contrato, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da obrigação de reparar, substituir ou complementar o objeto quando constatada qualquer desconformidade.

5.7. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual. A subcontratação parcial poderá ocorrer exclusivamente para atividades acessórias, tais como transporte, logística ou apoio à entrega e instalação, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade do equipamento fornecido e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5.8. A CONTRATADA deverá assegurar que o equipamento fornecido seja novo, original de fábrica e atenda às normas técnicas e sanitárias vigentes aplicáveis ao objeto, inclusive quanto à regularização perante a ANVISA, quando exigível para a natureza do produto, sendo vedado o fornecimento de item reconcondicionado, usado, remanufaturado, reaproveitado ou descontinuado.

5.9. O equipamento deverá ser entregue completo, acompanhado de todos os acessórios, componentes e itens necessários ao seu pleno funcionamento, conforme especificações do fabricante e exigências deste Termo de Referência, incluindo manual de instruções em língua portuguesa, catálogo técnico ou documento equivalente, termo de garantia, nota fiscal e documentação sanitária pertinente, quando aplicável.

5.10. O aceite definitivo do objeto ficará condicionado à comprovação de que a lavadora ultrassônica encontra-se em pleno funcionamento, corretamente instalada, quando aplicável, acompanhada da documentação exigida e apta a atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência e à finalidade de limpeza automatizada de instrumentais médicos utilizados na área da saúde, especialmente pinça

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão da execução contratual por fato devidamente justificado, o prazo de execução poderá ser prorrogado pelo período correspondente, mediante formalização nos autos do processo.

6.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, desde que assegurada a rastreabilidade das informações.

6.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para prestar esclarecimentos, adotar providências ou sanar irregularidades relacionadas à execução do contrato, sempre que necessário.

6.5. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato que apresentar defeitos, vícios ou inadequações, inclusive aqueles identificados durante o período de garantia.

6.6. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, com a finalidade de apresentar as diretrizes de execução, os procedimentos de fiscalização, os critérios de aceite, as obrigações contratuais e as penalidades aplicáveis.

6.7. A CONTRATADA deverá designar formalmente um preposto, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, indicando seus poderes e atribuições, especialmente no que se refere à entrega, instalação, testes, treinamento e suporte técnico do sistema fornecido.

6.8. A CONTRATANTE poderá, mediante justificativa, recusar ou solicitar a substituição do preposto indicado, devendo a CONTRATADA providenciar nova designação no prazo estabelecido.

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) por ato administrativo próprio, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe(s) verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à entrega, instalação, funcionamento e garantia do equipamento.

6.10. Da fiscalização

6.10.1. A fiscalização do contrato será exercida por fiscal técnico e, quando cabível, por fiscal administrativo, cabendo-lhes o acompanhamento da execução do objeto, com vistas a assegurar o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

6.10.2. Compete ao fiscal técnico acompanhar a entrega, instalação, testes de funcionamento e condições de uso do equipamento, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e registrando eventuais ocorrências relevantes.

6.10.3. O fiscal deverá atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto, após verificar a conformidade do equipamento, com as especificações e o seu adequado funcionamento.

6.10.4. Durante o período de garantia, caberá ao fiscal acompanhar eventuais ocorrências relacionadas a defeitos de fabricação, acionando a CONTRATADA para as providências necessárias.

6.10.5. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal deverá notificar a CONTRATADA para que promova a correção no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.10.6. Sempre que a situação demandar providências que ultrapassem sua competência, o fiscal deverá comunicar o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

6.10.7. Compete ao fiscal administrativo acompanhar os aspectos formais da execução contratual, incluindo procedimentos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento, bem como eventuais ajustes contratuais.

6.10.8. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo deverá reportar ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis.

6.11. Do gestor do contrato

6.11.1. O gestor do contrato, devidamente nomeado pelo Ato Administrativo nº 08/2026, será responsável pela coordenação geral da execução contratual e pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pela fiscalização.

6.11.2. Compete ao gestor do contrato:

- a) coordenar o acompanhamento da execução contratual, assegurando que o objeto atenda à finalidade da contratação;
- b) supervisionar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, especialmente quanto à entrega, instalação, funcionamento e garantia do sistema;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de continuidade contratual e pagamento;
- d) validar o recebimento definitivo do objeto, com base nas informações prestadas pela fiscalização;

- e) adotar as providências necessárias para a aplicação de sanções, quando verificado descumprimento contratual;
- f) encaminhar a documentação necessária à liquidação e pagamento da despesa, após o devido ateste da execução;
- g) elaborar relatório final sobre a execução do contrato, avaliando o cumprimento dos objetivos da contratação e indicando eventuais melhorias para futuras aquisições.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. A medição do objeto dar-se-á mediante a verificação do cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, considerando a entrega, instalação, configuração e realização de testes operacionais conforme previsto no contrato.

7.2. Do recebimento

7.2.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

- I – Recebimento provisório, após a entrega e instalação (quando aplicável) do equipamento;
- II – Recebimento definitivo, após a verificação do funcionamento adequado e da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.2. O recebimento definitivo será formalizado mediante Termo de Recebimento, após verificação:

- a) da conformidade do equipamento, acessórios e demais itens fornecidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada;
- b) da entrega integral de todos os componentes necessários ao pleno funcionamento do equipamento;
- c) da apresentação da documentação técnica exigida, incluindo manuais, certificados, registro ou cadastro na ANVISA;
- d) do funcionamento adequado do equipamento em condições normais de uso.

7.2.3. O objeto poderá ser recusado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a CONTRATADA promover, às suas expensas, a substituição ou correção necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.2.4. Não será considerado recebido o objeto enquanto houver pendências relacionadas a falhas de funcionamento, ausência de componentes, inconformidades técnicas ou falta de documentação exigida, hipótese em que não se iniciará o prazo para pagamento.

7.2.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, funcionamento e durabilidade do equipamento, permanecendo válidas as obrigações decorrentes da garantia contratual.

7.3. Do prazo e forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

7.3.2. O prazo para pagamento será de até **15 (quinze) dias**, contados da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de pagamentos.

7.3.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, sendo considerada como data do pagamento a data de emissão da respectiva ordem.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização da situação, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.3.5. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento integral das obrigações contratuais, bem como à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

7.3.6. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.3.7. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove sua condição mediante documentação oficial, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.8. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base na variação do índice IPCA-E, desde o término do prazo até a data do efetivo pagamento.

7.4. Da vedação à antecipação de pagamento

7.4.1. Não será admitida a antecipação de pagamento, devendo a quitação ocorrer somente após o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Da modalidade: A modalidade a ser adotada será o pregão, nos termos do art. 28, inc. I c/c art. 29, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Do critério de seleção do contratado: **O critério de julgamento será o de menor preço do item.**

8.3. Da Extinção: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3.1. Na hipótese da cláusula anterior, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.3.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

8.3.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.3.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.3.7. Indenizações e multas.

8.3.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.4. Documentação Exigida

8.4.1. Para a habilitação jurídica a licitante deverá apresentar:

Registro comercial, se empresa individual;

Ato constitutivo devidamente registrado (estatuto ou contrato social em vigor e atualizado);

Ata de eleição dos administradores, se sociedade por ações;

Inscrição do ato constitutivo, se sociedade civil; e

Documento de prova da diretoria em exercício, se sociedade civil;

8.5. Para a regularidade fiscal a licitante deverá apresentar:

a) Cartão do CNPJ da licitante;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Federal;

e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual, relativa ao domicílio do licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal, relativa ao domicílio do licitante;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida no sítio eletrônico <https://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>.

8.6. Para a qualificação econômico-financeira a empresa deverá apresentar:

8.6.1. Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias, da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

8.6.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

8.7. Qualificação técnica

a) Apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, compatível com a atividade desenvolvida pela licitante e com o objeto da contratação, quando exigível nos termos da legislação sanitária aplicável;

b) Apresentação de documentação técnica da lavadora ultrassônica, incluindo catálogo, manual em língua portuguesa e demais especificações necessárias à verificação da conformidade do equipamento com as exigências do Termo de Referência;

c) Apresentação de comprovação de registro, cadastro ou regularização sanitária válida do equipamento junto à ANVISA, quando exigível para sua comercialização e uso na área da saúde.

8.8. A Administração consultará os seguintes cadastros:

8.8.1. SICAF;

8.8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.8.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.9. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em nome da empresa a ser contratada, com o respectivo número de inscrição no CNPJ, observada a relação entre matriz e filial, conforme o caso.

8.9.1. Quando o licitante for a matriz e a execução do objeto for realizada por filial, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente, no que couber, de modo a comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica tanto da empresa contratada quanto do estabelecimento executor.

8.9.2. A apresentação dos documentos deverá observar a natureza e a forma de emissão de cada certidão, sendo exigidos:

a) documentos emitidos em nome da matriz, quando estes possuírem abrangência para todos os estabelecimentos da empresa;

b) documentos emitidos em nome da filial responsável pela execução do objeto, quando relacionados a obrigações específicas do estabelecimento executor.

8.9.3. Não será admitida a substituição indiscriminada de documentos entre matriz e filial, devendo ser respeitada a correspondência entre o tipo de documento, sua abrangência legal e o estabelecimento responsável pela execução contratual.

8.10. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. Com o objetivo de preservar a competitividade do processo de contratação, o orçamento estimado para a aquisição de lavadora ultrassônica destinada à limpeza automatizada de instrumentais médicos, especialmente pinças, poderá ser mantido sob sigilo, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos licitantes.

9.2. A adoção do sigilo do orçamento estimado justifica-se pela necessidade de assegurar que as propostas sejam formuladas com base na real capacidade de fornecimento dos licitantes, em seus próprios custos, margens e estratégias comerciais, evitando que o conhecimento prévio do valor de referência da Administração induza ao alinhamento artificial dos preços ofertados.

9.3. Considerando tratar-se de contratação destinada à aquisição de equipamento específico para uso na área da saúde, com requisitos próprios de capacidade, garantia, documentação técnica, regularização sanitária e instalação, quando aplicável, mostra-se recomendável que a disputa ocorra em ambiente de efetiva concorrência, no qual os licitantes apresentem suas melhores condições comerciais sem influência direta do orçamento estimado previamente fixado pela Administração.

9.4. O sigilo do orçamento estimado, conforme autorizado pelo art. 24 da Lei nº 14.133/2021, constitui medida legítima de preservação da competitividade e de busca da proposta mais vantajosa para a Administração, na medida em que reduz o risco de acomodação de preços ao teto interno da contratação e favorece a obtenção de ofertas mais aderentes à realidade do mercado.

9.5. A manutenção do orçamento estimado em sigilo até a fase processual adequada contribui para maior efetividade da disputa, estimulando a apresentação de propostas mais competitivas e favorecendo a observância dos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e interesse público, sem comprometer a transparência do procedimento licitatório.

9.6. A adoção do sigilo não afasta a publicidade dos elementos essenciais da contratação, uma vez que permanecerão claramente definidos no edital e em seus anexos a descrição do objeto, os quantitativos, as especificações técnicas mínimas, as condições de fornecimento, o prazo de entrega, os critérios de julgamento e as exigências de habilitação, permitindo a formulação adequada das propostas pelos interessados.

9.7. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o caráter sigiloso do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, resguardando-se, assim, a plena fiscalização da legalidade, da motivação administrativa e da compatibilidade do valor de referência com os preços praticados no mercado.

9.8. Diante do exposto, justifica-se a manutenção do sigilo do orçamento estimado, quando adotado pela Administração, como medida voltada à preservação da competitividade do certame e à obtenção de proposta mais vantajosa para o fornecimento do objeto pretendido, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem as contratações públicas.

10. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:

10.1. Homologada a licitação, a Administração convocará o licitante vencedor classificado em primeiro lugar para assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada da parte interessada, apresentada durante seu transcurso, desde que aceita pela Administração.

10.2. Após a assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial, com a finalidade de alinhar as condições de execução do objeto, os prazos e locais de entrega, os procedimentos de recebimento, substituição de produtos, comunicação entre as partes, rotinas de fiscalização e sanções aplicáveis.

10.3. A Contratada deverá indicar formalmente representante ou preposto para interlocução com a Contratante durante a execução contratual, antes do início do fornecimento.

10.4. O Contratante poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do representante/preposto, hipótese em que a Contratada deverá indicar substituto.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, nos termos da legislação aplicável.

10.6. O não comparecimento injustificado da licitante vencedora para assinatura do contrato ou retirada/aceite do instrumento equivalente, no prazo fixado no edital, ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

10.7. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses e nas formas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada e observância do devido processo legal, quando cabível.

10.8. A Contratada deverá assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização contratual pelo AMVAP SAÚDE, bem como prestar todas as informações necessárias ao regular acompanhamento da execução do objeto.

10.9. O acompanhamento e a fiscalização pela Contratante não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.

10.10. Os casos omissos serão resolvidos conforme a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e, quando aplicável ao procedimento adotado, as normas internas do AMVAP SAÚDE.

11. SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento.

11.1.2. Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas definidas nos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.

11.2. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 11.1 e seus subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao credenciado que cometer as infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio AMVAP SAÚDE, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.2.2. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.3. A penalidade de multa será aplicada considerando os seguintes parâmetros:

- a) Multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.
- b) multa compensatória limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no item 11.1, devendo ser utilizado os parâmetros do item 11.3 para a determinação do limite.
- c) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao credenciado que retardar o procedimento de contratação ou praticar quaisquer das situações dispostas no art. 10 da Resolução nº 07/2024.
- d) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o consórcio;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 11.2.

11.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao consórcio resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 07/2024 do AMVAP SAÚDE.

12. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

12. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

10.010.10.302.1007.7005.4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. O AMVAP SAÚDE reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, o fornecimento da lavadora ultrassônica, bem como quaisquer etapas relacionadas à entrega, instalação, testes de funcionamento, orientação operacional inicial ou suporte decorrente das obrigações contratuais, quando estiverem em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, na proposta vencedora, no contrato ou em desconformidade com as normas legais, sanitárias e técnicas aplicáveis ao objeto, podendo adotar as medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, nos termos dos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A eventual tolerância do AMVAP SAÚDE quanto ao descumprimento de prazos, condições ou obrigações assumidas pela CONTRATADA não implicará novação, renúncia, alteração contratual ou perdão, permanecendo plenamente exigíveis todas as condições pactuadas, podendo a Administração exigir o seu fiel cumprimento a qualquer tempo, nos limites da legislação aplicável.

13.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária ou funcional entre o AMVAP SAÚDE e os empregados, técnicos, representantes ou prepostos da CONTRATADA que venham a atuar, ainda que pontualmente, na execução do objeto, inclusive nas atividades de entrega, instalação, suporte contratual, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e demais encargos decorrentes dessas relações.

Uberlândia-MG, 17 de abril de 2026

Micaela Cristina Gomes Soares

Matrícula 77

Equipe de Apoio